



TERRITÓRIO E PERTENCIMENTO: ANÁLISE DA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE

TERRITORY AND BELONGING: ANALYSIS OF THE CONSTRUCTION OF IDENTITY OF INDIVIDUALS DEPRIVED OF LIBERTY

Maria Luciana Abrante¹
Bertulino José de Souza²

¹*Especialização em Neuropsicologia pela Faculdade Dom Alberto, Brasil*

²*Doutorado em Antropologia Social e Cultural pela Universidade de Coimbra, Portugal,
Professor Adjunto IV da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Brasil*

Resumo: O aprisionamento acarreta modificações significativas na identidade do sujeito. A realidade carcerária e os estigmas sociais são elementos que alteram a formação da identidade e do sentido de pertencimento das pessoas privadas de liberdade. O estudo teve como objetivo geral analisar, a partir de uma revisão integrativa da literatura, a construção da identidade territorial enquanto lugar de pertencimento das pessoas privadas de liberdade. Trata-se de uma pesquisa de revisão integrativa, de abordagem qualitativa e caráter descritivo, com busca no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Ministério da Justiça e Segurança Pública, Conselho Nacional de Justiça, e no Conselho Nacional do Ministério Público. Foram selecionados três artigos para análise de conteúdo. Verificou-se que o processo de aprisionamento impõe uma nova identidade ao indivíduo, impactando na construção identitária, sofrendo com as relações sociais que estereotipam e estigmatizam, segregando e excluindo o sujeito do meio social e do território que ele tem como lugar de pertencimento.

Palavras-chave: Encarcerados; Estigmas; Exclusão social.

Abstract: Imprisonment leads to significant changes in an individual's identity. The prison reality and social stigmas are elements that alter the formation of identity and the sense of belonging of incarcerated individuals. The general objective of this study was to analyze, through an integrative literature review, the construction of territorial identity as a place of belonging for incarcerated individuals. This is an integrative review study, with a qualitative and descriptive approach, conducted through searches on the Portal of Periodicals of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES), Ministry of Justice and Public Security, National Council of Justice, and the National Council of the Public Ministry. Three articles were selected for content analysis. It was found that the process of imprisonment imposes a new identity on the individual, impacting identity construction, and is affected by social relationships that stereotype and stigmatize, segregating and excluding the individual from the social environment and the territory they consider their place of belonging.

Keywords: Incarcerated; Stigmas; Social exclusion.

1 INTRODUÇÃO

O sistema carcerário é entendido socialmente como o espaço voltado para aprisionar os sujeitos que ameaçam a ordem social e que não atendem aos padrões do coletivo, sendo estigmatizados no território, tendo as suas relações sociais embasadas na desigualdade e discriminação das condições que apresentam, sendo estereotipados como marginais da sociedade (Wermuth, 2021).

As pessoas em privação de liberdade compõem uma das populações que sofrem com as desigualdades sociais e os estigmas que sustentam os interesses sociais. Tal público é composto por aqueles com idade de 18 anos ou mais, que se encontram em unidades prisionais, privados do direito de ir e vir em meio social (Brasil, 2014). Wermuth (2021) aborda que o aprisionamento acarreta modificações significativas na identidade do sujeito, tendo a realidade carcerária e os estigmas sociais como elementos que alteram a formação de identidade e pertencimento das pessoas privadas de liberdade.

Nessa discussão de sentimento de pertencimento ao lugar, entra em debate a temática da identidade territorial, a qual, segundo Dallabrida (2017) é um fator particular de um segmento da população, com características culturais, econômicas, sociais, ambientais e do patrimônio territorial, sendo esses elementos identitários construídos em cada território e reforçadores de comportamentos vivenciados e passados pelas gerações. Quanto ao conceito de território, para Medeiros (2008), pode ser entendido como um espaço cultural de identificação e pertencimento daquelas que compartilham dos sentimentos e significados da cultura à qual fazem parte. Desse modo, território representa relação de poder e afirmação da identidade. Logo, essa definição de território será adotada neste estudo.

Nesse entendimento de território, para além de um espaço geográfico, como espaço de identificação e pertencimento, e considerando o território imaginário ou sonhado que Medeiros (2008) discute, como sendo a partir destes que a construção dessa identidade territorial tem início, surgem inquietações sobre tal temática, considerando os diferentes públicos e diversidades, como o questionamento que direciona este estudo: quais são os estigmas que impactam na construção da identidade territorial enquanto lugar de pertencimento das pessoas privadas de liberdade?

A pesquisa partiu de um interesse pela temática em discussão, que se inscreve no âmbito de foco de estudo dos pesquisadores, que atualmente desenvolvem uma pesquisa em um complexo penal. Atrelado a essa experiência, bem como à literatura científica, percebe-se a relevância acadêmica desta pesquisa, por notar a escassez de materiais que abordem a

identidade territorial de sujeitos em privação de liberdade, que, conforme Freire e Soares (2022), passam pelo processo de aculturação, em que são submetidos às condições e cultura do cárcere.

Nessa perspectiva, o trabalho pode contribuir também em uma dimensão social, abrangendo a discussão acerca da construção identitária dos sujeitos que vivem aprisionados, segregados da sociedade. Assim, os resultados podem proporcionar um olhar para essas questões, bem como viabilizar a população carcerária no processo de identificação com o seu território e o espaço onde está inserido, o cárcere.

Portanto, os dados levantados representam um material de cunho científico que poderá nortear ações voltadas para trabalhar a realidade que as pessoas em privação de liberdade enfrentam no processo de identificação e pertencimento com o lugar, e no processo de reintegração social que envolve a comunidade como responsável por promover o espaço social para o sujeito poder estar integrado novamente nas relações sociais.

Mediante o exposto, o trabalho tem como objetivo geral analisar, a partir de uma revisão integrativa da literatura, a construção da identidade territorial enquanto lugar de pertencimento das pessoas privadas de liberdade. Com os seguintes objetivos específicos: discutir como o processo de estigmatização das pessoas privadas de liberdade implica na construção da identidade territorial; identificar o lugar de pertencimento das pessoas em privação de liberdade; e, refletir acerca da construção desses territórios e dos estigmas que atravessam os sujeitos privados de liberdade no sistema prisional.

Por fim, o presente trabalho está estruturado em cinco tópicos principais. O primeiro corresponde à introdução acima apresentada, com a exposição da problemática, a pergunta de pesquisa que norteou o estudo, os objetivos, a justificativa e a relevância para a construção da pesquisa. O segundo tópico representa os procedimentos metodológicos seguidos ao longo da pesquisa, destacando o tipo de pesquisa e os procedimentos de coleta e análise dos artigos.

O terceiro corresponde aos resultados da pesquisa, abordando os principais dados encontrados no processo de revisão integrativa da literatura. O quarto tópico abrange a discussão dos resultados constatados com base nos materiais científicos. Por fim, são apresentadas as considerações finais, discorrendo sobre o alcance dos objetivos, as limitações no processo de pesquisa e as contribuições e sugestões a partir do presente estudo.

MATERIAIS E MÉTODOS

O estudo trata-se de uma revisão integrativa da literatura com abordagem qualitativa e caráter descritivo. A referida revisão é considerada um dos tipos de revisão sistemática da literatura que proporciona a síntese do conhecimento, a partir de resultados de estudos realizados mediante metodologias diversas (Mendes *et al.*, 2008; Souza *et al.*, 2010). Revisão integrativa da literatura tem como propósito aprofundar o entendimento acerca de um determinado assunto com base em estudos anteriores (Mendes *et al.*, 2008).

A pesquisa de abordagem qualitativa, conforme Richardson *et al.* (2017), é a modalidade que visa entender a natureza do fenômeno social, sem utilizar métodos estatísticos, pois seu foco não se volta para a quantificação dos dados, mas o aprofundamento do assunto com a descrição do problema investigado. Por fim, a pesquisa descritiva objetiva descrever as características acerca do assunto estudado, permitindo também a discussão da relação entre as variáveis em torno do fenômeno estudado (Gil, 2008).

Nesse segmento, para discutir acerca das identidades e lugar de pertencimento das pessoas privadas de liberdade, considerando os estigmas que atravessam essa construção identitária, foram desenvolvidas pesquisas na base de dados do Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Também foram utilizadas as referências do Ministério da Justiça e Segurança Pública, do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público para a pesquisa de materiais no âmbito da justiça em torno da temática.

Para a coleta de dados, foram utilizadas as palavras-chave: território, identidade, cárcere, encarceramento, prisões, estigmas, sociedade, sociais, exclusão, sistema e prisional. A seleção do material a ser analisado foi determinada pelos critérios de inclusão: artigos disponíveis na íntegra gratuitamente, publicados nos últimos cinco anos e escritos em língua portuguesa. O período de abrangência dos materiais foi de 2018 a 2023. Quanto aos critérios de exclusão, foram considerados estudos que apresentaram metodologia pouco robusta.

Para a busca na base de dados mencionada, foi realizada a combinação das palavras-chave conforme apresentado na Tabela abaixo. Posteriormente, para a seleção do material a ser analisado, foram seguidas as etapas da revisão: inicialmente, leitura pelos títulos; em seguida, análise dos resumos; e por fim, a leitura na íntegra dos artigos. Ao todo, foram selecionados três artigos de pesquisa primária para compor a amostra do estudo. É importante ressaltar que

na seleção, foram excluídos os artigos que não eram de pesquisas primárias, assim, selecionados apenas estudos de pesquisas de campo.

Tabela – Combinação das palavras-chave e etapas da seleção dos artigos (2023)

Palavras-chave Combinadas	Artigos	Título	Resumo	Leitura na íntegra
Cárcere e Identidade	15	2	2	1
Cárcere e Território	11	1	1	0
Encarceramento e Identidade	4	1	0	-
Encarceramento e Estigmas	2	1	1	1
Encarceramento e Sociedade	50	3	2	0
Identidade - Território	717	2	0	-
Território e Prisões e Estigmas	3	1	0	-
Identidade - sistema - prisional	10	2	2	1
Prisões e Identidade e Sociedade	6	1	0	-
Cárcere e Identidade e Exclusão	2	1	1	0
Total	853	14	9	3

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

A Tabela ilustra o processo de coleta, que inicialmente foram elencadas as palavras-chave da pesquisa, em seguida foram buscadas na base de dados, utilizando combinações a fim de encontrar material sobre a temática proposta na introdução. Esse processo é uma das etapas que demanda tempo e determinação, visto que algumas palavras resultam em vários textos, enquanto outras têm materiais escassos, sendo necessário fazer variações nas buscas (Mendes *et al.*, 2008).

O próximo passo foi direcionado a escolha dos artigos a partir dos títulos, priorizando selecionar aqueles que mais se aproximavam da temática. Em seguida, foi o processo de leitura dos resumos de todos os artigos escolhidos pelos títulos, essa etapa também eliminou alguns e destacou outros para a etapa de leitura na íntegra, visando a escolha dos artigos que comporiam a amostra.

Portanto, com relação a análise dos dados, foi realizada a partir de leituras cuidadosas, acompanhadas do preenchimento de um roteiro contendo título do artigo, autores, ano, objetivos, métodos, principais resultados e conclusões. Isso proporcionou uma visão mais ampla dos principais tópicos discutidos pelos autores dos textos selecionados. Desse modo, tratou-se de uma análise de conteúdo da revisão integrativa da literatura, que, conforme Vosgerau e Romanowski (2014, p. 167), “os estudos de revisão consistem em organizar,

esclarecer e resumir as principais obras existentes, bem como fornecer citações completas abrangendo o espectro de literatura relevante em uma área”.

A análise de conteúdo é uma das técnicas de análise de dados que objetiva a descrição das informações a partir do trabalho com o conteúdo das comunicações, por meio da interpretação e compreensão do assunto, dando sentido a problemática estudada de carácter qualitativo (Richardson *et al.*, 2017). Foram analisados 3 artigos do total de 853 encontrados na literatura mais atual, de 2018 a outubro de 2023. A apresentação dos resultados ocorreu conforme os objetivos deste estudo.

Por fim, cabe ressaltar que a pesquisa seguiu com ética, acatando as recomendações no tocante a estudos bibliográficos, assegurando os direitos autorais dos estudos, sendo profissional na discussão das ideias, sem distorcer os sentidos transmitidos pelos autores dos materiais utilizados. Considerando, assim, os seus resultados e produzindo uma pesquisa de cunho ético e científico.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A apresentação dos resultados está estruturada em dois quadros. O primeiro apresenta os artigos selecionados e os métodos de pesquisa utilizados, enquanto o segundo destaca os principais resultados dos autores nos estudos. Esses dados são discutidos com a literatura científica no tópico seguinte de *Discussão*, visando ampliar do entendimento em torno da temática.

Conforme apresentado no Quadro 01, foram selecionados 3 (três) artigos, com anos de publicação de 2018, 2020 e 2021. Verificou-se que as pesquisas tinham como objetivos desenvolver estudos com sujeitos em privação de liberdade para descrever, compreender e analisar questões relacionadas à situação de aprisionamento, com foco nas construções subjetivas e dos estigmas associados a essa condição, considerando também a identidade desses sujeitos (Almeida; Cruz, 2018; Cúnico *et al.*, 2020; Tondin; Cortina, 2021).

Quadro 01 - Apresentação dos artigos selecionados

Nº	Título	Autores	Ano	Objetivos	Método adotado
1	As invisíveis do cárcere: interfaces de mulheres aprisionadas	Almeida, G. M.; Cruz, M. H. S.	2018	“Descrever e analisar o processo de construção histórica de subjetividades de mulheres presas do Conjunto Penal de Paulo Afonso (BA)”.	. Vertente epistemológica da teoria pós-crítica; . Entrevista com homens e mulheres de um presídio.

2	Estigma e construção do território de pessoas privadas de liberdade e os seus familiares	Cúnico, C. D.; Pizzinato, A.; Strey, M. N.; Costa, A. B.	2020	“Discutir a circulação dos familiares dos presos na prisão e na comunidade, bem como refletir sobre a construção desses territórios e o estigma.”	. Estudo qualitativo e exploratório-descritivo; . Observações e entrevistas com 12 apenados.
3	Processo de institucionalização de sujeitos presos	Tondin, C. F.; Cortina, C. L.	2021	“Compreender o processo de institucionalização de sujeitos presos, identificando efeitos subjetivos e estratégias que utilizam no cumprimento da pena”.	. Abordagem genealógica; . Entrevistas com três profissionais e três apenados de um presídio masculino; . Análise de documentos.

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Os artigos selecionados foram derivados de pesquisas de campo, como mencionado anteriormente, os quais abordaram a população em privação de liberdade com estudos embasados com métodos qualitativos, utilizando entrevistas para a coleta de dados com os sujeitos encarcerados (Almeida; Cruz, 2018; Cúnico *et al.*, 2020; Tondin; Cortina, 2021).

A partir da estrutura de apresentação dos materiais selecionados e dos resultados expostos no Quadro 02, buscou-se desenvolver a análise e discussão do conteúdo. Os quadros apresentam de forma sucinta os resultados da referida pesquisa de revisão integrativa, destacando os métodos de estudo adotados pelos autores dos artigos, os principais resultados encontrados e as suas conclusões.

Quadro 02 - Principais resultados e conclusões dos artigos selecionados

Nº	Principais resultados	Conclusões
1	. Identidade deteriorada na prisão; . Diferenciações nas relações sociais entre homens e mulheres; . Prisões - processo de resignificação, subjetivação e nova identidade; . Identidade atrelada à construção histórica; . Processos educativos - o ato de punição, regras, a nova identidade imposta, vivências no cárcere.	. Os dados evidenciam que as mulheres fazem parte da divisão sexual do crime; . Os processos educacionais reproduzem uma cultura heterossexual compulsória.
2	. O espaço habitado é produtor de subjetividades; . A pena de privação de liberdade impacta também os familiares dos sujeitos encarcerados; . Estigmatização dos familiares e pessoas privadas de liberdade; . Estigma associado ao indivíduo encarcerado; . O estigma como um processo socialmente construído de desvalorização e depreciação de indivíduos ou grupos, os quais se tornam portadores de uma identidade deteriorada.	. Território - espaço como processo, como relação e como produtor de sentidos e subjetividades; . A família passa também a ser depositária dos estigmas; . Sujeitos privados de liberdade - estigma social de potencialmente perigosos.
3	. O privado de liberdade é obrigado a abandonar a sua identidade, passando a constituir a massa carcerária;	. A prisão tem atuado em moldes positivistas, e segregacionistas,

<ul style="list-style-type: none"> . Nova condição frente às regras institucionais; . Existem barreiras entre prisões e campo social; . O universo prisional produz um estereótipo do sujeito encarcerado - misto de sentimentos ambivalentes ao voltar para a sociedade; . Novamente na sociedade – o sujeito vivencia com os estereótipos de ex-detento, desempregado, e estigmatizado como perigoso. 	<p>principalmente nas camadas sociais marginalizadas, como: pobre, negra e analfabeta ou pouco escolarizada.</p>
---	--

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Conforme apresentado no Quadro 02, os autores encontraram resultados que abrangem a realidade da maioria dos sujeitos encarcerados, os quais são submetidos a realidade das prisões e ao processo de aculturação, devendo assim internalizar as regras das instituições e se desenvolver em uma nova cultura, o que pode deteriorar a identidade e subjetividade do sujeito (Almeida; Cruz, 2018; Cúnico *et al.*, 2020; Tondin; Cortina, 2021).

O primeiro artigo (nº 1), de Almeida e Cruz (2018), apresenta-se como resultado de sua pesquisa alguns pontos sobre diferenças de gênero nas prisões, a realidade dos presídios femininos e a construção histórica dos sujeitos privados de liberdade em um processo de ressignificação e nova identidade mediante o novo espaço em que estão sendo submetidos, o cárcere. Quanto às conclusões, os autores pontuam que as mulheres vivenciam a divisão sexual em torno do crime, sendo esta uma diferenciação entre homens e mulheres, cujo cárcere introduz uma cultura que desconsidera o gênero feminino, reproduzindo uma cultura heterossexual compulsória.

No segundo artigo (nº 2), Cúnico *et al.* (2020) destacam que o espaço habitado pelo sujeito é produtor de subjetividades, e o processo de privação de liberdade impacta os indivíduos encarcerados e os seus familiares, que juntamente com a sociedade, estigmatiza a condição vivenciada, desvalorizando a identificação do sujeito com o meio social, o que leva a uma identidade deteriorada em seu território, estereotipando o indivíduo como perigoso.

conforme Cúnico *et al.* (2020), o território é um espaço de relações, produtor de sentido e subjetividades que contribuem para a identidade e pertencimento ao lugar. Nesse entendimento, os estigmas associados ao encarceramento permeiam os sujeitos privados de liberdade, impactando seu sentido de pertencimento e a própria construção de identidade.

Por fim, o terceiro artigo (nº3), de Tondin e Cortina (2021), aborda que o sujeito em cárcere é obrigado a abandonar sua identidade para assumir a cultura das prisões, construindo uma nova identificação. Essa é uma condição imposta pela nova realidade de vida que impõe barreiras entre as prisões e a sociedade, sendo essas mantidas pelos muros dos presídios. Os autores pontuam também que o encarceramento produz estereótipos que impactam na construção identitária dos sujeitos, retratando-os como seres perigosos e estigmatizados como

“ex-detentos”, limitando severamente suas oportunidades, como notável em relação a situação de desemprego dessa população.

Nesse contexto, os indivíduos em privação de liberdade vivenciam diversos sentimentos em relação ao retorno ao meio social, o qual continua a produção e reprodução da estigmatização em torno do crime. Nessa perspectiva, a prisão tem empregado um modelo que segrega os sujeitos, dificultando o processo de reintegração social e, conseqüentemente moldando percepções e sentimentos de pertencimento e de identificação (Tondin; Cortina, 2021).

Portanto, de maneira geral, os artigos descreveram sobre o processo de aprisionamento e a imposição de uma nova identidade ao indivíduo, que vivencia o processo de construção identitária afetado pelas relações sociais que estereotipam e estigmatizam, segregando e excluindo do meio social, do território extramuros do cárcere que antes o sujeito tinha como seu lugar de pertencimento.

Conforme o Conselho Nacional do Ministério Público, a temática do sistema carcerário no Brasil tem sido objeto de preocupações e debates no âmbito dos direitos humanos e segurança pública, com discussões em torno da estrutura das prisões e da efetivação das políticas de Estado na garantia dos deveres e direitos dos sujeitos que se encontram no sistema prisional (Gomes Filho, 2018).

No tocante às questões de gênero no cárcere, o Conselho Nacional de Justiça destaca que as prisões não foram planejadas e construídas pensando nos variados públicos, sendo originalmente projetadas para atender somente aos homens. Diante disso, as mulheres e a população trans apresentam demandas específicas no sistema prisional, necessidades que devem ser respeitadas (Brasil, 2023).

A sociedade reconstrói e redefine o seu território a partir das ações desenvolvidas no espaço, direcionadas por relações de poder e interesses, conforme as escalas que são apresentadas, levando ao processo de territorialidade (Oliveira, 2022). Em relação à estigmatização, Goffman (2004) aborda que o processo de estigmatizar decorre nas reflexões das relações sociais estabelecidas em diferentes espaços do meio social, sendo o estigma algo que é próprio de determinado sujeito, e conseqüentemente o estereótipo é essa convicção edificada sobre o outro.

Conforme identificado nos resultados, o meio social estigmatiza e segrega os sujeitos vistos socialmente como perigosos e criminosos, excluindo e violando os seus direitos. Nesse contexto, é importante ressaltar que a situação de privação de liberdade não anula a

responsabilidade do Estado de garantir os seus direitos humanos desses indivíduos. Nessa perspectiva, o Conselho Nacional de Justiça desenvolveu uma cartilha que reafirma os direitos de cidadania dos sujeitos privados de liberdade, ressaltando os direitos como igualdade, integridade, entre outros direitos fundamentais (Brasil, 2023)

A identidade é uma característica do sujeito que consiste na pretensão de pertencimento aos grupos, de modo que pertencer a um determinado grupo significa compartilhar interesses e ideias. Por outro lado, essa configuração demanda um processo de seleção que pode levar à segregação dos que fogem aos padrões e status incorporados pelo grupo, resultando assim na exclusão dos caracterizados como diferentes (Wermuth, 2021).

O aprisionamento do sistema prisional está socialmente naturalizado, o cárcere torna-se imagem comum na realidade do cotidiano, de modo que não seria possível uma sociedade sem as prisões, sendo essas, instituições de segregação de uma parcela da população, que diariamente vive às margens, antes mesmo de chegarem aos presídios (Rocha; Vergara, 2022). Nesse sentido, as construções sociais em torno das prisões e dos sujeitos que estão encarcerados são questões que podem dificultar no processo de identificação, já que a sociedade tende a marginalizar aqueles que se enquadram na categoria de “diferente” por fugir dos padrões que socialmente são estabelecidos como corretos e normais para a convivência social (Wermuth, 2021).

Desse modo, o encarceramento desencadeia novas teias identitárias, com o surgimento de novos significados de pertencimento, agora na cultura e realidades prisionais, mediante um contexto de exclusão da sociedade, permeado pelos estigmas e estereótipos em torno do sujeito privado de liberdade, impactando o lugar de pertencimento e identificação com o seu território (Andrade, 2004; Oliveira, 2022; Wermuth, 2021).

CONCLUSÕES

Mediante a revisão ao longo deste trabalho, foram abordados pontos cruciais em torno do processo da construção identitária das pessoas privadas de liberdade, constatando como uma questão de mudanças e aculturação do sujeito, o qual incorpora as regras e condições dos ambientes que representam a vida no cárcere e os estigmas sociais que os permeiam.

Na construção dessa pesquisa, foi encontrada a limitação relativamente a literatura atual, e até mesmo dos últimos 10 anos, pois foram poucos os trabalhos encontrados que de fato discutiam em torno da investigação do sujeito em privação de liberdade e a sua identidade com

o território o qual pertencia e com a cultura da prisão, em que o sujeito passa a ser segregado, sendo um segmento da sociedade, mas excluído pela mesma.

Essa questão de escassez de trabalhos acerca da temática é uma demanda que destaca a necessidade de mais pesquisas na área, que possam ampliar e aprofundar as investigações sobre a população de estudo, para maior compreensão dos significados de identidade e pertencimento das pessoas privadas de liberdade, um público pouco explorado nesses debates.

O número de artigos selecionados foi baixo, considerando a expansão de pesquisas de revisão, contudo, com os dados encontrados no material, foi possível fazer a discussão da temática, respondendo ao questionamento levantado, com a descrição do processo de identidade do sujeito encarcerado e dos estigmas, com resultados significativos que pode servir como base para o desenvolvimento de novas pesquisas. Portanto, pode-se pontuar que o estudo alcançou os objetivos propostos inicialmente nesta pesquisa.

O estudo buscou contribuir para uma revisão da literatura acerca da construção identitária das pessoas privadas de liberdade, visando considerar tal população, como sujeitos com sentimentos e significados com o espaço, e o lugar de pertencimento, os quais são aprisionados pelo crime e pelos estigmas que sustentam as desigualdades e aculturação do outro, que socialmente é marginalizado e estigmatizado.

Esse estudo não traz resultados e soluções acabadas sobre a construção da identidade dos sujeitos encarcerados, pelo contrário, ressalta sobre a necessidade de estudos que possam aprofundar a discussão levantada, que proporcionem dados que sirvam de alicerce para estratégias de intervenção nas diferentes dimensões que essa problemática abrange, como na sociedade, que também tem a responsabilidade de buscar proporcionar a reintegração das pessoas privadas de liberdade.

Portanto, espera-se que a reflexão aqui apresentada possa contribuir para a ampliação dos conhecimentos acerca do assunto, agregando os resultados na área da pesquisa, como também consiga estimular novas produções científicas, contribuindo com o campo acadêmico e social. Por fim, a construção deste trabalho também proporcionou dados que contribuíram a nível acadêmico e profissional na pesquisa sobre território, identidade e sistema carcerário.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Giseliene Medeiros; CRUZ, Maria Helena Santana. As invisíveis do cárcere: interfaces de mulheres aprisionadas. **Revista Ambivalências**, v. 6, n. 11, p. 292-321, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.21665/2318-3888.v6n11p292-321>. Acesso em: 11 out. 2023.

BRASIL. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional**. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 60 p. Disponível em: 15 set. 2023. <https://www.as.saude.ms.gov.br/wp-content/uploads/2016/06/Cartilha-PNAISP.pdf>. Acesso em: 11 out. 2023.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Cartilha de direitos das pessoas privadas de liberdade e egressas do sistema prisional**. Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2023. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2023/07/cartilha-de-direitos-das-pessoas-privadas-e-egressas.pdf>. Acesso em: 11 out. 2023.

CÚNICO, Sabrina Daiana *et al.* Estigma e construção do território de pessoas privadas de liberdade e seus familiares. **Subjetividades. Fortaleza**, v. 20, n. 1, p. 1-11, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5020/23590777.rs.v20iesp1.e8776>. Acesso em: 11 out. 2023.

DALLABRIDA, Valdir Roque. Abordagem territorial do desenvolvimento: debates, desafios, incongruências e uma proposta. *In*: DALLABRIDA, Valdir Roque. **Teorias do desenvolvimento: aproximações teóricas que tentam explicar as possibilidades e desafios quanto ao desenvolvimento dos lugares, regiões, territórios ou países**. Curitiba-PR: CRV, 2017. cap. 4, p. 133-161.

FREIRE, Leonardo Oliveira; SOARES, Elisianne Campos de Melo. Mistanásia, cárcere e dignidade da pessoa humana. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Uberlândia**, v. 50, n. 1, p. 514-534, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.14393/RFADIR-50.1.2022.54348.514-534>. Acesso em: 11 out. 2023.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES FILHO, Dermeval Farias. **A Visão do Ministério Público sobre o Sistema Prisional Brasileiro**. Brasília: Conselho Nacional do Ministério Público, 2018. Disponível em: <https://www.cncmp.mp.br/portal/publicacoes/11797-avisadodosistemaprisionalbrasileiro>. Acesso em: 11 out. 2023.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2004.

MENDES, Karina Dal Sasso; SILVEIRA, Renata Cristina de Campos Pereira; GALVÃO, Cristina Maria. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto & contexto-enfermagem**, v. 17, n. 4, p. 758-764, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-07072008000400018>. Acesso em: 11 out. 2023.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira: Território, espaço de identidade *In*: SAQUET, Marcos Aurelio, Tarde Losangela SPOSITO, Eliseu Savério (org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 217-228.

OLIVEIRA, Ailson Barbosa. Identidade e territorialidade. **Revista Educação e Ciências Sociais**, v. 5, n. 9, p. 95-119, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.38090/recs.2595-9980.v5.n9.5>. Acesso em: 11 out. 2023.

RICHARDSON, Roberto Jarry *et al.* **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

ROCHA, Adriano Medeiros; VERGARA, Nathália. Deslocamentos, poder e identidade no filme O Cárcere e a rua. **PÓS: Revista do Programa de Pós-graduação em Artes da EBA/UFG**, v. 12, n. 24, p. 179-199, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.35699/2237-5864.2022.36144>. Acesso em: 11 out. 2023.

SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA, Michelly Dias da; CARVALHO, Rachel de. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein**, v. 8, n. 1, p. 102-106, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1679-45082010RW1134>. Acesso em: 11 out. 2023.

TONDIN, Celso Francisco; CORTINA, Camila Lorenzoni. Processo de Institucionalização de Sujeitos Presos. **Revista Subjetividades**, v. 21, n. 2, p. 1-13, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5020/23590777.rs.v21i2.e11060>. Acesso em: 11 out. 2023.

VOSGERAU, Dilmeire Sant Anna Ramos; ROMANOWSKI, Joana Paulin. Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas. **Revista diálogo educacional**, v. 14, n. 41, p. 165-189, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.7213/dialogo.educ.14.041.DS08>. Acesso em: 11 out. 2023.

WERMUTH, Maiquel Ângelo Dezordi; CASTRO, André Giovane. Guetos e prisões: a “identidade” que inclui e exclui pobres e negros à margem. **Revista Direitos Fundamentais & Democracia**, v. 26, n. 3, p. 128-154, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.25192/issn.1982-0496.rdfd.v26i31511> Acesso em: 11 out. 2023.